



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.237 / 2013**

Substitui a Lei nº 3.639/2011, que institui o Programa de Educação Inclusiva - Direito à Diversidade e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Educação Inclusiva - Direito à Diversidade no Município de Ponte Nova.

Art. 2º A implementação do Programa de Educação Inclusiva - Direito à Diversidade se dará por meio de:

I – formação de gestores e educadores da Rede Municipal de Ensino contemplando de forma transversal os seguintes eixos:

- a) Educação Especial;
- b) Educação Ambiental;
- c) Educação para as Relações Étnicorraciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana;
- d) Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- e) Educação do Campo, Indígena e Quilombola;
- f) Educação em Direitos Humanos, Gênero, Diversidade Sexual e Cidadania, promovendo a cultura da paz;

II – acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF e de ações para prevenção e eliminação das causas de baixa frequência, evasão e abandono;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

II – atendimento educacional especializado para alunos que apresentam alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, distúrbios de aprendizagem e hiperatividade.

Art. 3º Para coordenar o programa, fica criado, na estrutura organizacional do Poder Executivo, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com as atribuições definidas no

Anexo I, o cargo de Chefe de Seção MII de Educação Inclusiva, exigindo-se escolaridade mínima de curso superior na área de Educação, com especialização ou aperfeiçoamento em Educação Inclusiva e/ou Educação Especial de no mínimo 40 (quarenta) horas.

Art. 4º Fica criado o Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEDES para viabilizar o diagnóstico e atendimento aos alunos que apresentam alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, distúrbios de aprendizagem e hiperatividade.

§ 1º Para se efetivarem o diagnóstico e o atendimento serão promovidas ações intersetoriais entre a escola comum e os demais serviços públicos e/ou conveniados de saúde, assistência social e outros necessários para o desenvolvimento dos alunos.

§ 2º Para fins do disposto nesta Lei, entende-se:

I - por alunos com deficiência, aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II - por alunos com transtornos globais do desenvolvimento aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipais motoras;

III - por alunos com altas habilidades ou superdotação, aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas.

Art 5º A função do Centro de Atendimento Educacional especializado – CAEDES é realizar:



# CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

## Estado de Minas Gerais

I - a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial, no contraturno do ensino regular;

II - a organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos;

III - a interface com as escolas de ensino regular, promovendo os apoios necessários que favoreçam a participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos.

Art 6º Para atender as necessidades do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEDES, ficam criados os seguintes cargos e funções na estrutura organizacional do Poder Executivo, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, com as atribuições definidas no Anexo I:

I – Especialista em Educação Básica, exigindo-se escolaridade mínima de curso superior – graduação em Pedagogia com habilitação em Supervisão Pedagógica ou licenciatura plena acumulada, no mínimo com pós-graduação *lato sensu* em Supervisão Pedagógica e experiência docente de 3 (três) anos, com especialização ou aperfeiçoamento em Educação Inclusiva e/ou Especial de no mínimo 40 (quarenta) horas;

II – Professor I, exigindo-se escolaridade de curso superior – graduação em Curso Normal Superior ou Pedagogia com licenciatura plena específica para ensino na Educação Infantil e/ou nos 5 (cinco) anos iniciais do Ensino Fundamental ou Curso Superior com Licenciatura Plena em Educação com especialização ou aperfeiçoamento em Educação Inclusiva e/ou de no mínimo 40 (quarenta) horas;

III - Auxiliar de Serviços Gerais, com escolaridade de Ensino Fundamental Incompleto;

IV – Auxiliar Administrativo I, com escolaridade de Ensino Médio Completo.

Parágrafo único. Os cargos e as funções públicas mencionadas no inciso I do caput deste artigo obedecerão ao disposto no seguinte quadro:



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

Cargo/Função pública	vagas	Remuneração (tabela salarial)	Carga horária	Forma de recrutamento
Chefe de Seção M-II de Educação Inclusiva	1	Nível N.8	40 horas semanais	Restrito com livre nomeação e exoneração
Especialista em Educação Básica	2	C2	24 horas semanais	Restrito
Auxiliar Administrativo I	2	Nível 18	30 horas semanais	Restrito
Professor I	6	Nível B 2	24 horas semanais	Restrito
Auxiliar de Serviços Gerais	1	Nível 5	40 horas semanais	Restrito

Art. 7º As funções de Professor I e Especialista em Educação Básica, criados por esta Lei, serão providos por pessoal efetivo do Quadro de Magistério da Rede Municipal de Ensino, obedecendo aos seguintes critérios.

I – maior tempo de especialização em Educação Especial, Educação Inclusiva, Psicopedagogia Clínica e/ou Institucional ou Neurociência;

II - maior tempo de aperfeiçoamento em Educação Especial e/ou Inclusiva;

III - o de mais tempo de efetivo exercício no Magistério Municipal, na escola, entidade ou órgão de onde requer a transferência;

IV - o de classe mais elevada;

V - o de grau maior na classe;

VI - o mais antigo no Magistério;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

VII - proximidade da Escola à residência;

VIII - mais idoso.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão dentro da parcela dos 25% previstos no Orçamento Municipal de gasto obrigatório com a Educação e de subvenções do Governo Federal.

Art. 9º São partes integrantes desta lei os Anexos I e II.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Revogam-se disposições contrárias, em especial a Lei nº 3.639/2011.

Ponte Nova, 1º de março de 2013.

**Paulo Augusto Malta Moreira**

**Prefeito Municipal**

**Vanice Giardini Guimarães Lourenço**

**Secretária Municipal de Educação**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

### **ANEXO I**

#### **Atribuições dos Cargos e Funções**

##### **I - Chefe de Seção S-II de Educação Inclusiva:**

a) coordenar o funcionamento do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEDES:

1. organizando o Projeto Político-Pedagógico para o atendimento educacional especializado, tendo como base a formação e a experiência do corpo docente, os recursos e equipamentos específicos, o espaço físico e as condições de acessibilidade, de que dispõe;
2. matriculando, no CAEDES, alunos matriculados em escolas comuns de ensino regular, que não tenham o AEE realizado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola de ensino regular;
3. registrando, no Censo Escolar MEC/INEP, os alunos matriculados no CAEDES;
5. construindo o Projeto Político-Pedagógico – PPP, considerando: a flexibilidade da organização do AEE, individual ou em pequenos grupos; a transversalidade da educação especial nas etapas e modalidades de ensino; e as atividades a serem desenvolvidas conforme previsto no plano de AEE do aluno;
6. efetivando a articulação pedagógica entre os professores do centro de AEE, os chefes de seção e os professores das salas de aula comuns do ensino regular, a fim de promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos;
7. colaborando com a rede pública de ensino na formação continuada de professores que atuam nas classes comuns, nas salas de recursos multifuncionais e centros de AEE; e apoiando a produção de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis;
9. participando das ações intersetoriais realizadas entre a escola comum e os demais serviços públicos de saúde, assistência social, trabalho e outros necessários para o desenvolvimento dos alunos;

b) coordenar a formação de gestores e educadores da Rede Municipal de Ensino para implementação do Programa de Educação Inclusiva - Direito à Diversidade;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

c) acompanhar a frequência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF e de ações para prevenção e eliminação das causas de baixa frequência, evasão e abandono.

### **II – Especialista em Educação Básica:**

a) realizar levantamento de alunos com suspeita de apresentar alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, distúrbios de aprendizagem e hiperatividade, encaminhando para diagnóstico e atendimento no CAEDES ou salas de recursos;

b) desenvolver e acompanhar junto às escolas as estratégias pedagógicas de atendimento especializado;

c) orientar professores do CAEDES e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

d) organizar o tipo e o número de atendimento aos alunos com necessidades educacionais no Centro de Atendimento Especializado – CAEDES;

e) acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade nas salas de recursos e salas de aula.

### **III – Professor I**

1. elaborar, executar e avaliar o Plano de Atendimento Educacional Especializado do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; e o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos;



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

2. implementar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e demais ambientes da escola;
3. produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que este vivencia no ensino comum, a partir dos objetivos e atividades propostas no currículo;
4. estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços e recursos e ao desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares;
5. orientar os professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;
6. desenvolver atividades do AEE de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos e sob orientação do Chefe de Seção.

#### **IV - Auxiliar de Serviços Gerais:**

1. auxiliar em serviços de jardinagem/horticultura;
2. Auxiliar e/ou executar, sob orientação, qualquer tarefa de preparação/distribuição de alimentos/merenda escolar, além de servi-los;
3. Dar assistência na higienização de crianças e adolescentes;
4. Exercer atividades na área de lavanderia;
5. Exercer atividades de zeladoria em geral.
6. Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço;
7. Executar outras tarefas correlatas.

#### **V – Auxiliar Administrativo I:**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

1. executar atividades que requerem noções básicas de informática;
2. realizar serviços administrativos ligados às áreas das diversas Secretarias, Órgãos e Assessorias Municipais, sob orientação e supervisão do responsável pelo setor, entre outras, suporte a reuniões e redação das respectivas atas;
3. exercer atividade na área de recepção, além de receber e despachar correspondências e encomendas;
4. atender ao telefone;
5. orientar e fiscalizar alunos sob aspectos de disciplina, lazer, segurança, saúde, pontualidade e higiene;
6. participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço, além de apoio em geral às respectivas atividades;
7. exercer outras atividades afins.

Ponte Nova, 1º de março de 2013.

**Paulo Augusto Malta Moreira**

**Prefeito Municipal**

**Vanice Giardini Guimarães Lourenço**

**Secretária Municipal de Educação**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.237 / 2013**

Substitui a Lei nº 3.639/2011, que institui o Programa de Educação Inclusiva - Direito à Diversidade e dá outras providências.

### **Exposição de Motivos**

#### **Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras,**

Em atendimento ao compromisso assumido entre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, do Ministério da Educação, e a Secretaria Municipal de Educação de Ponte Nova, estamos encaminhando o presente Projeto de Lei propondo a substituição da Lei nº 3.639/2011, que atendia apenas parcialmente ao Programa de Educação Inclusiva - Direito à Diversidade. Por este motivo, o Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEDES, que funcionou no ano de 2012, está sem atendimento por não existir amparo legal para sua existência. Para se viabilizar a execução desse programa, é necessária a criação dos cargos propostos neste Projeto de Lei, a serem ocupados por profissionais especializados. É importante também que estes profissionais sejam do quadro efetivo, devido à particularidade deste atendimento, que exigirá investimento com treinamento dos mesmos.

O referido programa objetiva apoiar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. O Programa de Educação Inclusiva - Direito à Diversidade se fundamenta nos seguintes marcos políticos, pedagógicos e legais:

1. Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (MEC/2007), que visa promover a melhoria da qualidade da educação básica pública e expandir e interiorizar ações de formação de professores no país.
2. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008).



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA**

## **Estado de Minas Gerais**

3. Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE.
4. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/2006.
5. Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
6. Lei Federal nº 10.525/2007, que dispõe sobre a inserção dos conteúdos do ECA como componentes curriculares.
7. Lei nº 9.795/1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).
8. Política Nacional de Educação do Campo (2010).
9. Lei Federal nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira na educação básica.
10. Lei Federal nº 10.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da Cultura Indígena na educação básica.
11. Deliberações da I Conferência para a Educação Escolar Indígena.
12. Resolução nº 3 do CNE/CEB/2010, que estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
13. Marco de Ação de Belém - Resolução da Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFITEA VI.

Ponte Nova, 1º de março de 2013.

**Paulo Augusto Malta Moreira**

**Prefeito Municipal**

**Vanice Giardini Guimarães Lourenço**

**Secretária Municipal de Educação**